



AS ABORDAGENS GEOGRÁFICAS SOBRE ÁFRICA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA: O QUE DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS FORMADORES?

Raquel Almeida Mendes ¹

Alex Ratts ²

Resumo

O presente trabalho busca compreender e analisar as potencialidades da temática africana nos cursos de formação de professores/as em Geografia, tendo como foco os diálogos com os/as docentes de disciplinas temáticas específicas de geografia da África em IES públicas brasileiras. Com a finalidade de alcançar respostas pertinentes a pesquisa foram traçados três objetivos específicos, sendo eles: realizar um levantamento das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras que apresentam disciplinas sobre Geografia africana nos currículos de formação docente; identificar as abordagens em pauta no processo de ensino de Geografia da África; e reconhecer, por meio do diálogo com os/as professores/as formadores, os encaminhamentos sobre o ensino de geografia africana no âmbito do currículo praticado. Os procedimentos metodológicos adotados constituem uma perspectiva de pesquisa qualitativa e as técnicas de pesquisa adotadas foram revisão bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada. A partir das reflexões do trabalho pretendemos contribuir com a inserção dos estudos de África e Afro-Brasil na educação geográfica, garantindo um lugar epistêmico não somente no campo cultural, mas também no campo político, econômico e socioespacial.

Palavras – chave: África; Geografia da África; Formação docente em Geografia; Licenciatura em Geografia; Ensino de Geografia africana.

Resumen

El presente trabajo busca comprender y analizar el potencial del tema africano en los cursos de formación de profesores de Geografía, centrándose en los diálogos con profesores de disciplinas temáticas específicas de la geografía africana en las universidades públicas brasileñas. Para llegar a respuestas relevantes a la investigación, se delinearon tres objetivos específicos, a saber: realizar una encuesta de instituciones públicas de educación superior en Brasil que presenten asignaturas de Geografía Africana en sus planes de estudio de formación docente; identificar enfoques en el proceso de enseñanza de la geografía en África; y reconocer, a través del diálogo con los profesores, las orientaciones sobre la enseñanza de la geografía africana en el ámbito del currículo practicado. Los procedimientos metodológicos adoptados constituyen una perspectiva de investigación cualitativa y las técnicas de investigación adoptadas fueron revisión de literatura, análisis de documentos y entrevista semiestruturada. Con las reflexiones del trabajo, pretendemos contribuir a la inserción de los estudios africanos y afrobrasileños en la educación geográfica, garantizando un lugar epistémico no solo en el campo cultural, sino también en el campo político, económico y socioespacial.

Palabras – clave: África; Geografía de África; Formación de profesores en Geografía; Grado en Geografía; Enseñanza de la geografía africana.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), almeidamendesraquel@gmail.com;

² Docente do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), alex.ratts@gmail.com;



O presente trabalho é composto por reflexões sobre o ensino de África no contexto da educação formal e das discussões no campo de formação de professores/as em Geografia. Somada à perspectiva de uma reconstrução do imaginário acadêmico e uma ressignificação dos saberes instituídos quanto à África, pretendemos compreender qual o lugar ocupado pela temática e quais os caminhos adotados para o ensino dos saberes africanos nos cursos de licenciatura em Geografia.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender e analisar as potencialidades da temática africana nos cursos de formação de professores/as em Geografia, tendo como foco os diálogos com os/as docentes de disciplinas temáticas específicas de geografia da África em IES públicas brasileiras.

Com a finalidade de alcançar respostas pertinentes a pesquisa, foram traçados três objetivos específicos, sendo eles: realizar um levantamento das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras que apresentam disciplinas sobre Geografia africana nos currículos de formação docente; identificar as abordagens em pauta no processo de ensino de Geografia da África nos currículos prescritos dos cursos de licenciatura em Geografia; Reconhecer, por meio do diálogo com os/as professores/as, os encaminhamentos sobre o ensino de geografia africana no âmbito do currículo praticado.

A discussão de um ensino de Geografia e de uma formação docente que contemple outros enunciadores/as, outras narrativas, outros agentes de produção do espaço advindos, principalmente, de povos que foram deixados à margem do processo de construção do pensamento geográfico, tais como africanos e afrodescendentes, possibilita a existência de uma nova perspectiva de ciência que atenda à diversidade cultural e étnico-racial.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho constituem uma perspectiva de pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Goldenberg (2003), recusa legitimar-se a moldes positivistas, explicações gerais e/ou modelos únicos de investigação. Minayo (2012, p. 57) também nos acrescenta que “as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos”, algo que nos pareceu condizente aos objetivos e sujeitos da pesquisa.



No intuito de viabilizar o método qualitativo adotamos as seguintes técnicas de pesquisa: revisão bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada, ao qual discutiremos a seguir.

Como passo inicial e também contínuo no desenvolvimento da pesquisa, tem-se o levantamento bibliográfico, uma etapa fundamental que desvela os pressupostos teóricos e metodológicos admitidos em investigações anteriores e, desse modo, fundamenta discussões críticas frente aos dados coletados no presente trabalho.

Foram selecionadas bibliografias referentes a temática de Geografia da África por meio das reflexões de Anjos (2004; 2005; 2011; 2017), Ratts (2007; 2009) e Oliveira(2015), sobre ensino de Geografia e currículo a partir de Santos (2007; 2010; 2011), Cavalcanti (1998; 2005) e Candau(2005), sobre formação de professoras\professores de Geografia mediante Callai (2011; 2010) e Cavalcanti (2011), havendo também grande destaque o diálogo com bibliografias advindas da área da Pedagogia, História, Antropologia, Sociologia e demais ciências afins.

A partir de consultas a Rede Nacional de Geógrafos/as Pretos/as e a procura por grades curriculares e Projetos pedagógicos dos cursos (PPC) nos sítios das universidades, foi realizado, no período de 2019 a 2020, o levantamento das disciplinas de Geografia da África oferecidas em universidades públicas brasileiras. A análise das ementas auxiliam nosso entendimento das abordagens geográficas postas em prática pelos docentes de magistério superior e, por conseguinte, os meandros no processo de formação inicial de professores/as.

Entendemos que as particularidades de cada docente, suas práticas pedagógicas, seleção de subtemas e recursos didáticos, bem como outros aspectos próprios à sala de aula transcendem o que está proposto nos planos de curso. Sendo assim, além da análise dos planos de ensino foram realizadas entrevistas semiestruturadas de forma remota (por meio da plataforma *Google meet*), respaldadas pelo comitê de ética em pesquisa da UFG, com os/as docentes das disciplinas, para fins de identificar as perspectivas e desafios da prática pedagógica frente a temática africana.

REFERENCIAL TEÓRICO

A universidade e sua condição moderna-colonial, de acordo com Maso e Yatim (2014), produz modelos universais e objetivos de ciência, tomando como principal referência a Europa, a partir das interfaces do poder, saber e ser, excluindo outras formas de interpretar o mundo que remetem a herança colonialista nos sistemas educacionais.



O reconhecimento das causas e dos vilipêndios sofridos pelas populações africanas e afrodescendentes, o reconhecimento destes como sujeitos históricos da formação étnico-racial e territorial da sociedade brasileira e a valorização da história, modos de vida, práticas culturais, religiosas, dentre outras práticas, é essencial para alteração da lógica hegemônica/colonial que ainda persiste nos ambientes de ensino.

Quando se trata da Geografia acadêmica brasileira, podemos discorrer sobre as hierarquizações conteudistas que permeiam a formação de licenciandos e bacharelados em Geografia (OLIVEIRA, 2018). A ausência ou mesmo o viés facultativo atrelado às disciplinas sobre Geografia da África diz muito sobre o caráter dispensável atribuído a esses saberes na formação de profissionais da ciência Geográfica.

Segundo Anjos, em suas observações sobre África no contexto Geográfico:

Nos cursos de bacharelado e licenciatura em geografia, das universidades públicas ou privadas no Brasil, não existem dados abrangentes da situação. Entretanto, se tomarmos os exemplos das situações observadas na Bahia, em São Paulo e no Distrito Federal, vamos verificar que a disciplina Geografia da África não existe na estrutura dos cursos e, quando ocorre, está inserida dentro de outra. Existe, dessa maneira, uma precariedade de espaço na universidade para o desenvolvimento de conteúdos geográficos da África. (ANJOS, 2004, p. 175).

Ainda que na atualidade seja possível constatar a existência de disciplinas sobre África e Africanidades nos currículos de formação docente em Geografia, é importante discutir que a ampliação de tais temas decorrem em função de uma mudança nos paradigmas da ciência geográfica. De acordo com Ratts (2010):

Nos marcos da geografia contemporânea, o que compreende as “viradas” crítica e cultural, delinea-se uma abordagem teórica, metodológica e política, uma geografia humana, humanista, que focaliza indivíduos e coletividades desumanizadas pelo racismo e outras formas de discriminação, a exemplo do sexismo e da homofobia. É uma pedagogia política que se faz com o objetivo da emancipação dos sujeitos colonizados e subalternizados. A ciência geográfica e a Geografia Escolar têm amplo potencial de reflexão e intervenção neste cenário (p.138).

Sendo assim, a partir das discussões aqui estabelecidas, objetivamos contribuir com o debate sobre a inserção dos estudos de África e Afro-Brasil na educação formal e, de forma mais específica, na educação Geográfica, garantindo um lugar epistêmico não somente no campo cultural, mas também no campo político, econômico e socioespacial, reformulando outras visões de mundo, bem como uma reconstrução do imaginário brasileiro que historicamente tem olvidado esses grupos.

Acreditamos que o processo de descolonização do currículo e dos espaços de aprendizagem implica em torná-los mais democráticos, em busca de apreender nestes a diversidade étnico-racial, cultural, social, econômica e de gênero existente nas escolas e na



sociedade de forma geral, dando possibilidades e outros caminhos não atrelados a estrutura epistemicida³ que apaga e silencia uma compreensão de mundo diferente da preestabelecida, por meio de propostas pedagógicas plurais de combate ao racismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidenciaremos, a partir de agora, a perspectiva de professores formadores ante a temática africana. Foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturada, por meio da plataforma do Google Meet, com seis docentes universitários⁴ que atuam em cursos de licenciatura em Geografia de instituições públicas de ensino superior da região sudeste (02), centro-oeste (02), norte (01) e nordeste (01), explorando aspectos de suas trajetórias acadêmicas, práticas pedagógicas e enfoques geográficos.

Avançamos numa compreensão para além da análise das ementas/planos de ensino, haja vista que esses documentos não conseguem abarcar as particularidades de cada docente, o que a nosso ver contribui no entendimento da múltiplas perspectivas do ensino de Geografia africana presente nos cursos de formação de professores/as.

Antes de partir para as interlocuções com docentes universitários, cabe dialogar sobre nossas pretensões que norteiam, principalmente, a reflexão sobre o contexto de formação de professores/as, neste caso, as licenciaturas. Tendo em vista os saberes que constituirão os/as licenciandos/as, possivelmente futuros/as professores/as atuantes que, ao se deparar com o tema africano, mobilizarão os conhecimentos mediados e apreendidos institucionalmente.

Compreendemos que cada docente apresenta aspectos distintos entre seus pares e isso se deve principalmente aos campos disciplinares que somam a nomenclatura de “professor/a” para a de “professor/a de Geografia”, “professor de Matemática” ou “professor de Português”. Shulman (1987), quando trata sobre as estruturas e bases de conhecimento dos professores/as para o ensino, aponta que comumente os saberes docentes são trivializados, havendo pouco esforço no entendimento das complexidades destes/as em suas práticas de ensino e das particularidades de cada campo disciplinar.

Por meio da realização de entrevistas com os docentes buscamos extrair as principais ideias e saberes sobre África presentes nas propostas curriculares dos cursos de licenciatura

³ Epistemicídio se configura como um reflexo da colonização no âmbito da produção de saberes que, segundo Carneiro (2005), ocorre pela negação e desvalorização da condição de sujeitos de conhecimento à população negra.

⁴ Dois dos docentes não puderam participar da etapa das entrevistas em face da agenda destes e a incompatibilidade com os prazos da pesquisa.



em Geografia, sobretudo do currículo praticado, tendo em mente as perspectivas de Shulman (1987) no tocante as singularidades de cada docente, nesse caso, o modo singular destes/as na abordagem geográfica sobre África. Consideramos os objetivos, ementas, referenciais bibliográficos, trajetórias formativas dos/as professores/as e suas práticas pedagógicas.

Quadro 01: O processo de inserção da temática africana nos currículos dos cursos de Geografia

Pergunta 1	Como foram os debates e a inserção da disciplina no currículo da sua instituição?
D1:	<i>Inicialmente ela foi criada no curso de geografia - graduação em formato EAD, para várias unidades acadêmicas pelo Brasil, com aceitação muito boa. A partir desta referência foi criada no curso presencial e desde então é turma cheia a todo semestre.</i>
D2:	<i>Quando eu entrei como professora substituta a disciplina de África já era algo consolidado e os estudantes gostavam de cursá-la. Não participei da implantação da disciplina, mas estou participando da reestruturação do PPC de agora, onde eu e outro docente reformulamos uma nova ementa de Geografia da África. Não houve nenhuma divergência e foi aprovada facilmente na reunião do colegiado e nas pró-reitorias. Mas achamos que deveria ter outra disciplina voltada para as questões afrodiáspóricas, por que os conteúdos de África são muito extensos, quase não sobra tempo para se pensar a Geografia da diáspora.</i>
D3:	<i>De 1998 até 2013, as disciplinas de Geografia Regional do Mundo sequer eram ofertadas. Mas a partir do início dos anos 2000, comecei a me capacitar e estudar mais sobre África e isso coincidiu, inclusive, na construção do novo currículo da instituição, onde propus que houvessem mais disciplinas regionais e montei essa disciplina de Geografia regional da África Subsaariana, como uma Geografia regional no sentido mais tradicional, ou seja, o mundo recortado em regiões onde vamos estudar a partir de fatores homogêneos e heterogêneos.</i>
D4:	<i>Não tive participação no PPC do meu curso, mas os professores que estavam lá quando cheguei, tinham uma estratégia política que envolvia dois tipos de “briga”, a do currículo oficial, na esfera administrativa, e do currículo praticado. Se não está no currículo oficial, nós colocamos no praticado. Por exemplo, a disciplina quando chego lá é Geografia dos Continentes e isso poderia caber de tudo, então nossa briga era: temos que colocar África. Se fosse pra discutir globalização, discutiríamos a globalização a partir do continente africano.</i>
D5:	<i>Nós tivemos uma mudança no PPC do curso em 2004, logo depois da lei nº 10.639/03. Nessa mudança, que era para uma matriz semestral, havia muita vontade de trazer coisas novas. Isso se traduziu em coisas muito legais, mas, ao mesmo tempo, se traduziu em disciplinas demais. Então muita gente criou disciplina. Só eu submeti duas: “Espacialidades e culturas africanas e afro-brasileiras” e “Geografia, justiça e racismo ambiental”. Era legal oferecer esse repertório todo para as turmas, mas foi ficando um mosaico confuso. Todavia, foi possível criar as disciplinas e conseguimos a partir desse novo PPC, onde as pessoas não foram tolhidas. Na verdade, foi um plano muito arejado.</i>
D6:	<i>A disciplina já existia como optativa. Mas quando adentro à instituição e demonstro interesse de trabalhar a disciplina de África, surge aquela velha expressão que a “lei não existe mais”, “não é obrigatória”...Alguns colegas veem isso como algo importante, mas alguns não aceitam, não veem essa validade, ou mesmo o racismo como um problema. Não veem a África como um ponto a ser abordado, nem mesmo as relações políticas, econômicas e culturais entre África e Brasil, esse histórico. E você tem que se posicionar, para conseguir aliados. Demonstrar trabalho, demonstrar produção, abrir e conquistar nossos espaços e até mesmo para frisar o combate do racismo quanto ao que se vê do continente africano e sua população.</i>

Elaboração: Mendes, R. A. (2020)

Dentre as falas dos/as seis docentes, percebemos que apenas dois adentraram às instituições com disciplinas de Geografia africana consolidadas, ou seja, presentes de maneira oficial nas propostas curriculares. Os/as demais entrevistados/as expõem que participaram de maneira mais ativa na construção da ementa das disciplinas.

D2 e D6 constituem a parcela que se deparou com uma disciplina de África existente. Todavia, no caso de D2, é relatado que, ao participar da atual reestruturação do PPC do curso, vê-se a necessidade de revisar a ementa da disciplina de Geografia da África, junto ao outro docente responsável por ministrá-la. O processo de aprovação, de acordo com D2, tem sido plácido, com pouca resistência advinda do colegiado e das reitorias, algo visto com estranheza



pela docente, haja vista que essa temática é historicamente marcada pelo eurocentrismo vigente nos espaços acadêmicos.

Ao discorrer sobre as matrizes eurocêntricas no campo do saber, o teórico decolonial Edgard Lander ressalta que os conhecimentos dispostos na academia são frutos de legados epistemológicos colonialistas que denotam a subalternização de outros conhecimentos e a naturalização do pensamento universalista moderno-colonial. Destarte, trata-se de:

[...] uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. [...] Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma “normal” do ser humano e da sociedade (LANDER, 2005, p. 13);

Retornando às análises da fala de D2, esta prossegue discutindo que durante a formulação da disciplina, tornou-se perceptível que havia pouco espaço para a questão afro-brasileira e afro-diaspórica. Mesmo sendo previstas tais discussões, a numerosa quantidade de conteúdos e subtemas africanos inviabilizam esse debate, afinal “[...]são mais de seis mil anos de Geografia africana, muitas aplicações espaciais e essa disciplina acaba não dando fôlego para se pensar em algo muito fora do continente”, como D2 destaca de modo complementar a narrativa presente no quadro acima. Em vista disso, a docente discute a necessidade de haver uma disciplina que contemplasse tais temas, futuramente.

No caso de D6, assim como de D2, a disciplina de África já existia, uma disciplina optativa que não era disponibilizada com frequência. Ao despertar interesse na disciplina, o docente 6 infere que para os demais membros do colegiado ela não era considerada importante, ou seja, o debate em torno do continente africano e questões correlatas tal como colonialismo, racismo e educação das relações étnico-raciais, ocupavam um lugar menor. Foi necessário se posicionar, segundo a explanação de D6, e buscar aliados que evidenciassem a relevância do debate africanista.

D1, D3, D4 e D5 fazem parte do grupo dos docentes que participaram, de alguma maneira, na construção das disciplinas de África em suas instituições. D1 nos menciona, durante a entrevista, que sua participação na formulação da disciplina acontece, inicialmente, nos currículos dos cursos de Geografia na modalidade a distância. A primeira experiência resultou em boa aceitação e, devido a isso, também houve a inserção desta nos cursos presenciais, tendo êxito nas duas modalidades.



D3 nos relata que no ano de 1998, ao chegar na instituição que trabalha atualmente, as disciplinas regionais em nível de mundo, tais como Geografia regional da Europa, Geografia Regional da Ásia, ou mesmo Geografia regional da África, não eram ofertadas, ou seja, os saberes relacionados a África, como uma importante região do mundo, não se faziam presentes de maneira sistemática nos currículos.

O docente complementa que sentiu a ausência dessas disciplinas regionais e desde 2000 iniciou um processo de capacitação, às vistas de trazer as discussões sobre Geografia regional, com destaque a algumas áreas do mundo, sendo elas a África e o mundo Árabe. D3 afirma que somente no ano de 2013 começou a lecionar a disciplina de Geografia africana, representando uma discussão deveras recente naquele contexto institucional

Quanto ao docente 4, existem aspectos interessantes na sua fala que realçam, principalmente, um caráter ativista no âmbito curricular praticado. Segundo D4, o colegiado no qual ele está lotado é composto de alguns professores que, de modo anterior a sua entrada no departamento, vinham desenvolvendo estratégias no que concerne a abordagem das pautas africanas e afro-brasileiras.

Essas estratégias são justificadas por D4 no seguinte excerto da entrevista:

Na faculdade que eu estava, os professores, tinham uma militância muito forte no contexto do currículo, principalmente no currículo praticado, porque uma reforma curricular demora anos pra ser efetivada, então, nos planos de curso, cada professor já buscava inserir essas discussões.

Posto isto, ainda que a luta pela inserção de pautas marginalizadas no currículo oficial seja imprescindível, de acordo com o docente, não deve ser impeditivo aos temas africanos e afro-brasileiros no presente. Afinal, por se tratar de um processo vagaroso e burocrático, a reformulação curricular também pode e deve acontecer ao nível das práticas pedagógicas de cada docente, a fim de não postergar ainda mais os debates na formação de professores/as de Geografia.

Seguindo essa perspectiva, o docente 4 nos descreve que a disciplina ao qual ficou responsável por lecionar, inicialmente, era denominada de Geografia dos Continentes. Por ser um tema amplo, capaz de abarcar variados tópicos, este opta por centralizar suas discussões no continente africano, sem desconsiderar as relações com os demais continentes, mas estabelecendo uma leitura a partir da África, ou seja, transpondo-a de uma visão periférica para uma análise mais centralizada.

Esse exercício adotado por D4 pode ser atrelado às prerrogativas da Teoria da Afrocentricidade, concebida nos anos 80 pelo teórico afro-estadunidense Molefi Asante, como “[...]um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como



sujeitos e agentes de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93). Reforçamos que tal teoria não se ancora apenas na menção de aspectos relativos à África, mas na consideração do pensamento africano como aporte teórico possível por si mesmo, a partir de referenciais históricos e culturais próprios, de dentro.

Partindo para os relatos de D5, os debates para a inserção da temática africana em sua instituição ocorreram a partir de 2004, ou seja, um ano após a instituição da lei nº 10.639/03. O docente explicita que foi um período de intensas mudanças no plano curricular, primeiramente com a mudança de uma matriz anual para a semestral, bem como uma excessiva formulação e inserção de novas disciplinas na proposta do curso. Para D5, o aumento do repertório de disciplinas parecia, em sua gênese, algo interessante na formação dos discentes, mas depois reitera que tornou-se um mosaico confuso de muitas disciplinas que não estariam periodicamente dispostas.

As disciplinas nomeadas como “Espacialidades e culturas africanas e afro-brasileiras” e “Geografia, justiça e racismo ambiental” foram criadas por D5 e denotam o início das discussões acerca da África no currículo do curso de Geografia dessa instituição. O processo de reformulação curricular acontece de maneira bonançosa, tendo como resultado, segundo D5, um currículo “arejado”, ou seja, menos enrijecido e mais aberto a outros temas.

No intuito de entender, ainda mais, o currículo posto em ação, nosso próximo questionamento é sobre as práticas pedagógicas dos docentes e como são realizadas a seleção dos conteúdos, dos referenciais bibliográficos e dos recursos didáticos, haja vista que essas nuances em torno da seleção e construção do plano da disciplina não se fazem explícitas e dialogam com as particularidades de cada docente perante a temática africana.

Quadro 02: Práticas docentes no ensino de Geografia africana

Pergunta 2	Na sua prática pedagógica como são selecionados os subtemas, bibliografias e recursos didáticos?
D1: <i>O programa já é trabalhado há muitos semestres pela equipe do projeto GEOAFRO.</i>	
D2: <i>Assim que comecei a lecionar Geografia da África eu estava participando de um curso de extensão sobre educação de base africana. Lá a gente desenvolvia metodologias e pensava formas de trazer didaticamente os conteúdos africanos para a sala de aula. Por causa do curso, a disciplina de Geografia da África virou uma espécie de laboratório. Passei a disparar recursos didáticos para além do texto, trazer imagens, vídeos, aspectos da arquitetura e urbanismo africano e espacializar os reinos de África pela cartografia, por exemplo. Quanto à bibliografia, dentro da Geografia brasileira achei bastante complicado encontrar o debate de África. Uma bibliografia que, a meu ver, ainda é limitada. Onde foi possível eu encontrar trabalhos geográficos mais centrados em África foi a partir do professor Rafael Sanzio da UnB. Os demais encontrei mais facilmente sobre a questão afro-brasileira.</i>	
D3: <i>Eu tenho o privilégio de oferecer uma disciplina regional, que é diferente de uma disciplina com conteúdo mais teórico, epistemológico, conceitual, porque assim posso usar mapas, imagens, gráficos, carta-imagem e tabelas à vontade e isso eu faço. Durante as minhas aulas eu uso sempre o power point, para fixar a atenção e também dialogar com os alunos, pois os mapas, eles também me ajudam a questionar alguns lugares comuns a respeito da África e isso</i>	



me parece interessante, pois os alunos, às vezes tem uma visão de África muito simplista e muito equivocada quando entram na universidade. Sempre tentei montar uma ementa com geógrafos, algo que 10 anos atrás eu tinha mais dificuldade de encontrar, mas hoje em dia tenho encontrado com mais facilidade textos de colegas africanos, principalmente de Moçambique, sobre urbanização, desenvolvimento rural e etc. Isso é ótimo pra mim, pois consegui mais bibliografia geográfica africana de qualidade e acabo sempre incluindo na ementa.

D4: A disciplina que eu oferecia era a Geografia dos Continentes, que depois de um tempo se tornou Organização do Espaço Mundial. Então, no horizonte da disciplina, tenho pensado nas articulações de regiões, ou redes regionais, como discute o professor Rogério Haesbaert. Meu primeiro horizonte teórico e metodológico é descolonizar as formas que o continente africano tem sido representado. O segundo é romper os marcos temporais que tradicionalmente aparecem nos livros didáticos: África só para falar de escravidão, imperialismo ou ausência de desenvolvimento. Sugerimos uma bibliografia até grande, os alunos reclamam um pouco, mas entendemos que hoje já existe uma produção vasta sobre múltiplas áfricas, no passado e no presente.

D5: O primeiro conjunto de questões que atravessam a disciplina inteira são as imagens da África. As imagens estereotipadas. As imagens advindas da bagagem escolar, da bagagem religiosa, da bagagem caseira. As vezes começo mais enfático, às vezes deixo fluindo um pouco mais, mostrando que há outras imagens, outra África. Esse primeiro tema é o que vai até o final do curso. Outro aprofundamento que vou fazer com a disciplina é que não é só o que nós vemos, mas o que vemos com essas lentes racialistas, o que vemos com essas lentes eurocêntricas e isso tudo tem a ver com raça e racismo, não dá para ministrar uma disciplina dessas sem trazer esses pontos, sem autores negros, porque aí o racismo fica como uma cena e essa cena está em nós, estamos completamente envolvidos.

D6: A primeira proposta é pensar a África por um olhar que não seja o do colonizador. Daí trazemos conceituações da História, da Antropologia, da Sociologia, mas sempre demarcando território e população, como esse território foi colonizado e, conseqüentemente, como essa população foi categorizada e criar algumas reflexões que vão ajudar o estudante a ter subsídios, leituras, além daquelas que ele já teve. Referenciais teóricos que discutem esse racismo estrutural e institucional: Alberto Costa e Silva, Aníbal Quijano, Edgard Lander, Frederic Monié, Sávio José Dias, Sébastien Lefevre, que vão dar esse chamado “giro epistemológico”. Gosto de construir práticas, construir oficinas, maquetes, jogos e trazer outro olhar. Convido colegas africanos ou que já viveram na África. Não venho com programa engessado, duro, construo com os alunos.

Elaboração: Mendes, R. A. (2020)

De acordo com os relatos de D2, sua prática pedagógica está mais relacionada a um curso de extensão realizado após a graduação, voltado para a educação de base africana, do que os processos formativos da licenciatura. Algo relacionado ao que discutimos anteriormente, o debate deficitário sobre o continente africano.

Na entrevista foi explicitado que o curso era voltado para a atuação de docentes da educação básica, ainda assim, foi possível produzir e transpor materiais e recursos didáticos para a realidade do curso de Geografia. O reflexo disso foi a prioridade dada por D2 ao uso de distintos recursos em sala de aula, não somente textos, mas imagens, mapas, vídeos, dentre outros. De forma complementar, D2 acrescenta que: “São poucas as aulas estritamente conteudistas ou totalmente expositivas, boa parte das aulas costumam disparar esses recursos didáticos para auxiliar no entendimento dos conteúdos africanos”.

No que concerne a seleção de referenciais bibliográficos, D2 nos afirma que o material ainda é limitado na Geografia, exemplificando que apenas um geógrafo brasileiro tem estabelecido leituras diretas sobre países africanos como Congo e Angola, sendo mais facilmente encontrado os textos que analisam a questão afro-brasileira.

De modo semelhante, o docente 3 menciona a dificuldade de encontrar textos geográficos sobre África e de autores/as africanos/as. O desafio de construir uma ementa com



maior presença de geógrafos e geógrafas africanos/as, parecia ser ainda mais complexo cerca de 10 anos atrás e quando se trata de textos em língua portuguesa, a complexidade se intensificava. Segundo D3, esse panorama vem sendo modificado, em face de um melhor acesso a textos acadêmicos via internet e da produção de dissertações e teses advindas de programas de pós-graduação em Geografia de países africanos, principalmente da Escola Doutoral de Geografia na Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, onde este leciona desde 2014.

Os subtemas explorados por D3 repousam numa perspectiva regional, com recorte na região subsaariana, envolto de questões sobre urbanização, desenvolvimento rural, fronteiras, recursos hídricos, dentre outros. De modo similar a D2, a utilização de imagens, elementos cartográficos, tabelas e gráficos, representam os recursos didáticos adotados com mais frequência pelo docente.

Nos relatos de D4, é evidenciado um aspecto interessante de sua prática pedagógica. A disciplina ao qual era responsável por lecionar possibilita a relação com várias áreas do mundo, tais como América Latina, Oriente Médio e África. Para fins de otimização da disciplina em nível teórico-metodológico, o docente opta por centralizar o debate no continente africano, tendo em mente a relação deste com as demais regiões do mundo citadas.

O docente 4 também nos destaca que dentro do seu horizonte pedagógico é priorizado o viés da decolonialidade, de uma aprendizagem sobre África não eurocentrada, assim como a desconstrução de alguns marcos temporais e estigmas recorrentes nos livros didáticos, dentre eles, D4 cita a escravidão, imperialismo, a noção de povos tribais e da ausência de desenvolvimento. Essa relação em torno das múltiplas regiões do mundo, em vistas do conceito de rede regional, resultou, de acordo com o docente, num extenso referencial bibliográfico.

Ao ser questionado sobre suas práticas pedagógicas, D5 nos enumera algumas das questões que, em primazia, estruturam a disciplina. As imagens da África representam o primeiro grande escopo abordado pelo docente, tendo em mente um livro de mesmo nome do africanista Alberto da Costa e Silva. Tais discussões são abordadas no decorrer de toda a disciplina buscando, sobretudo, refletir sobre as imagens estereotipadas provenientes de uma bagagem familiar e escolar por parte dos/as estudantes.

Aproximando a perspectiva das imagens para o contexto da educação geográfica, Desidério (2018) nos pondera sobre como o recurso visual/imagético pode reforçar equívocos ou lugares-comuns, na mesma medida que estas podem ser pedagogizadas e traduzidas como



potentes exercícios do pensamento espacial, auxiliando no deslocamento de imagens imprecisas do continente africano.

Dessa maneira, alinhada a visão de D5, ressaltamos que não se trata apenas de refutar imagens estereotipadas, mas compor outras, sobrepor a unicidade ou homogeneidade que estas podem difundir, com vistas a um regime didático envolto da multiplicidade dos mecanismos geográficos e de outros modos de se compreender a temática africana.

Assim como o debate das imagens da África, D5 expõe que o eurocentrismo é um princípio paulatinamente acionado, sem precisar necessariamente de uma aula específica, a considerar que tal percepção deve ser mobilizada de modo transversal, por se tratar de algo que impacta, diretamente, o continente africano.

Desse modo, concordamos com a perspectiva de Ratts (2018) sobre o ensino de Geografia africana e possíveis alternativas a centralidade europeia:

Se há desconexões e um centramento na Europa, o ensino de Geografia da África pode ser centrado nas sociedades africanas, considerando suas formações socioespaciais, etnicorraciais e culturais sempre em conexão com o sistema-mundo. A multiplicidade de atores – coloniais e “pós-coloniais” – deve sempre ser considerada como conexão mundial – quer tratemos de intelectuais ou de conflitos territoriais (RATTS, 2018, p.36).

D5 também explana que os processos de colonização e descolonização das sociedades africanas e seus desdobramentos, colonialidade e decolonialidade, têm espaço significativo no programa da disciplina. Mesmo sendo algo discutido de maneira mais recente pelo docente, representa uma dimensão importante para os estudos africanos contemporâneos, designando leituras e releituras de teóricos/as negros/as antes e depois do chamado giro decolonial⁵.

De maneira similar, o docente 6 salienta que suas práticas pedagógicas estão imbuídas de uma visão descolonizada, a fim de “[...] trazer um olhar afrocentrado, desconstruir e enxergar a África através dela mesmo, dos africanos, dos africanistas e das pessoas que lá vivem”. O convite a pesquisadores/as africanos/as para as aulas, conforme mencionado pelo docente no quadro 2, responde ao objetivo de trazer essa visão da África a partir de si mesma e dos seus agentes.

No intuito de subsidiar leituras para além das quais os/as estudantes se depararam, D6 recorre às conceituações de outras ciências humanas, tal qual a Antropologia, História e Sociologia, estabelecendo conexões epistêmicas sem perder, mormente, os horizontes

5 O “Giro decolonial”, termo cunhado pelo teórico Nelson Maldonado-Torres no ano 2005, consiste em um movimento de resistência à lógica da modernidade/colonialidade no campo epistemológico.



geográficos do Território e da População no entendimento dos processos de colonização e categorização de povos africanos.

Nesse ínterim, D6 nos remete as bibliografias adotadas na disciplina, exemplificando a procura por autores que rompam, de certo modo, o prisma do racismo estrutural e institucional. Percebemos que parte significativa dos referenciais mencionados estão ancorados na teoria decolonial, a mencionar Aníbal Quijano, Edgard Lander e Sebastien Lefevre.

D6 complementa que, com vistas a induzir os/as licenciandos/as a refletir sobre possíveis abordagens do tema na educação básica, costuma propor oficinas de construção de maquetes e jogos didáticos. Por fim, também nos declara que não aprecia um plano de ensino engessado e busca adequá-lo às demandas de cada turma.

Quadro 3: Potencialidades da ciência geográfica frente à temática africana

Pergunta 3	A seu ver, quais as potencialidades da ciência geográfica e dos cursos de Geografia quando se trata de África?
D1: <i>No breve histórico do projeto GEOAFRO estas potencialidades estão destacadas.</i>	
D2: <i>A gente só consegue entender o quanto a Geografia se afasta da África quando a gente entende o racismo. Porque se a gente olha para o espaço brasileiro, para sua própria organização socioespacial, os lugares, o território, a gente vê África em todos os lugares. Não só pela exclusão, segregação, violência, mas pela produção positiva do espaço, dessa produção que é viva, que já está colocada. Mas é isso, há tentativas de apagamento o tempo inteiro. Acho que a Geografia é uma das ciências que mais tem cabedal e capacidade para trazer a visão africana a tona, pois estamos falando de algo inscrito no espaço brasileiro e fora dele.</i>	
D3: <i>O que me parece interessante na Geografia, sobretudo na Geografia regional, é que se pode trabalhar com a intersecção de inúmeras variáveis que são humanas, físicas e culturais na construção de um espaço regional, e que ela vai permitir essa delimitação de uma região do mundo, com todos os seus pontos comuns e seus pontos de convergência. Muito mais do que qualquer outra disciplina, a Geografia tem instrumentos, tem conceitos que nos permitem entender esses elementos que explicam a homogeneidade e a diversidade na África.</i>	
D4: <i>Eu digo sempre aos meus alunos que a Geografia já foi usada para fazer a guerra. A Geografia já foi usada para o projeto de dominação imperialista. Mas como diz o professor Ruy Moreira, ela pode ser usada para desmascarar as máscaras sociais. Entendemos que a Geografia pode fornecer um quadro interpretativo para compreender a realidade do mundo que nós vivemos e combater formas de opressão que no passado, nós, geógrafos, servimos. Não apenas para se pensar um passado de sofrimento, mas esse presente que está sendo reconstruído. Para se pensar nas articulações regionais ou em outros marcos regionais. Assim buscamos criar novos horizontes analíticos para se pensar em África na Geografia.</i>	
D5: <i>Provavelmente até o final desse século continuará existindo a Geografia, Antropologia, História, Ciência Política, Sociologia. E também, mas não sei se até o final do século, ainda teremos Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Regional, Geografia da População, Geografia Política, em alguns lugares Geografia cultural, e em outros não. Essa temática pode se encaixar em mais de uma Geografia, mas da forma que está, eu prefiro que ela seja vista como uma Geografia Regional, que toca em regiões do mundo, as regiões da diáspora, e que toque numa grande região do mundo que é a África. Então é pegar essa Geografia “antiga” e tramar essa Geografia africana triangulada, mais nova, articulada com política, cultura e economia, tendo em vista as mais diversas escalas.</i>	
D6: <i>As potencialidades são diversas. Vejo uma grande disputa, pois estamos falando de currículo, estamos falando de poder e quanto mais pessoas estiverem fazendo isso, construindo isso, eu vejo que é superpositivo, não só pela Geografia, mas por uma proposta de mundo, por um posicionamento político. A Geografia não é melhor, nem pior que as outras ciências humanas, é somente mais uma, e ela vem dando contribuições com essa leitura espacial e dialogando com outras disciplinas, História, Sociologia, mas sempre demarcando suas categorizações específicas, do meu ponto de vista, seja pela leitura da região, do território, ou mesmo do campo da saúde, tendo em vista essa pandemia que estamos vivendo, alguns colegas estão fazendo uma especialização do covid na África. É importante a gente dizer que tem que ter um posicionamento, nada é neutro, a ciência deve ter um propósito de vida. A Geografia tem uma enorme potencialidade de se comunicar com outras áreas, de espacializar isso através de mapas, de trazer o debate de população, paisagem, sociedade e demonstrar uma Geografia que tenha uma finalidade social, que traga transformações, que traga mudanças.</i>	

Elaboração: Mendes, R. A. (2020)



Dados os últimos diálogos em torno do currículo das licenciaturas em Geografia e suas práticas didático-pedagógicas, ressaltamos nosso intuito de compreender como se dá a abordagem da temática africana e, perante isso, canalizar reflexões sobre quais mecanismos e concepções da Geografia, segundo os/as docentes, potencializam o tema.

O termo Potencialidade, de acordo com o dicionário Priberam, consiste em: 1. Qualidade de potencial. 2. Conjunto de qualidades de um indivíduo, geralmente inatas ou originais. = Capacidade, Potencialidade. 3. Conjunto dos recursos de que uma atividade dispõe; capacidade de trabalho, de produção ou de ação.

Em nossas análises e reflexões frente ao termo, potencialidade geográfica se denota como sendo as contribuições da Geografia, seus recursos e formas de entender os fenômenos da sociedade, de modo mais específico, a capacidade inerente à Geografia que possibilita um olhar singular e necessário ante a temática africana nos cursos de Licenciatura, tendo em vista as diversas áreas e subáreas representadas nas ementas das disciplinas e na entrevista dos/das docentes de magistério superior.

Levando em conta essa capacidade da Geografia de estabelecer leituras a partir grandes áreas do mundo, tal como o continente africano, D2 destaca que essas interpretações geográficas não estão sendo impostas, que desde sua gênese a ciência geográfica tem possibilitado inúmeras reflexões no âmbito regional, sobretudo. Não obstante, para a docente, existe uma norma ocidental e eurocêntrica que considera desviante a leitura espacial de áreas periféricas do mundo.

De modo panorâmico, mediante as narrativas dos/das professores/as, conseguimos observar uma forte discussão por meio da categoria Região. Em quatro dos relatos essa categoria é tida como basilar, ou como um dos grandes potenciais da Geografia africana. Para os demais, a perspectiva regional se apresenta como mais um dos meandros geográficos possíveis para se abordar as Áfricas.

D3 se insere no grupo dos docentes que apontam os estudos regionais da Geografia como grande potência na interpelação do continente africano. Para este, a intersecção de variáveis humanas e físicas necessárias para a construção de um espaço regional são fatores importantes na delimitação de uma área do mundo e a combinação desses fatores viabilizam leituras mais factíveis e mais aproximadas dos aspectos convergentes e divergentes da espacialidade africana.

Com um recorte específico da África Subsaariana, ou seja, dos países localizados ao sul do deserto do Saara, D3 justifica que além dos obstáculos de se abordar África em sua



totalidade, as relações econômicas e políticas dos países subsaarianos estão cada vez mais justapostas a região do mediterrâneo, do que ao próprio continente e isso tem sido parte importante de suas análises.

As articulações regionais, de acordo com D3, nos permitem entender que:

[...] a África subsaariana existe, ela tem uma identidade regional, mas que ao mesmo tempo, assim como as demais regiões do mundo, ela é diversa, ela é plural, e a Geografia nos ajuda a evidenciar, a destacar essa pluralidade nas trajetórias econômicas e nas situações geopolíticas dos países africanos (Docente 3).

Arelado a isso, outra potencialidade destacada pelo docente está relacionada a superação de discursos equivocados sobre a África, principalmente a ideia de um continente homogêneo. A manipulação de imagens e discursos sobre o continente africano atuam nas mais diversas esferas, a serviço de sistemas de poder atrelados ao colonialismo e aos critérios de raça e classe (BHABHA, 1998).

Segundo o docente 3, um dos direitos negados as epistemes africanas é o direito à complexidade e isso se deve a déficits formativos e a reprodução de narrativas únicas que mitigam a pluralidade e encapsulam imagens ora romantizadas e folclóricas, ora pejorativas. Além do imaginário da homogeneidade, D3 se contrapõe ao suposto “mito do africano”, muito fundamentado na ideia de uma identidade regional única, sem considerar as identidades próprias a cada país e/ou região. Quando se trata do continente Europeu, há o exercício de se vincular a região e o país referido, “[...] mas quando se trata de África, nomeamos apenas como “os africanos”, ou seja, a abordagem ocorre de forma indistinta, sem considerar a diversidade desses povos”, exemplifica o docente.

De modo similar a D3, a questão regional também é tida por D4 como elemento importante na aprendizagem e no ensino da temática africana. O docente ressalta como as articulações regionais podem direcionar a leituras geográficas contemporâneas e auxiliar na ruptura de marcos temporais estáticos ligados somente à colonização europeia.

O conceito de Rede regional discutido por Rogério Haesbaert, é citado por D4 como uma potência conceitual de suas aulas. Para Haesbaert (1996), a noção de região nasceu como um recorte espacial somado a uma determinada escala geográfica, “[...] uma relação específica dos grupos sociais com seu espaço” (p.18). Posteriormente a noção política e cultural de Região surge como território de identidades, com um espaço apropriado e diferenciado concretamente (pelo exercício do poder) ou simbolicamente (a partir das identidades culturais) pela sociedade.



O dialogismo com a categoria rede ocorre por meio dos processos de globalização e modernidade. A facilidade de transcorrer escalas locais, regionais e globais em curto espaço de tempo, tendo em vistas modernas tecnologias de transporte e comunicação, geraram intensas transformações no âmbito dos conceitos de território e escala, como consequência disso, as análises regionais foram radicalmente modificadas (HAESBAERT, 1996).

Os movimentos regionalistas passaram a resistir, ativamente, contra os processos homogeneizantes da globalização, mantendo suas diferenciações e identidades particulares. O acirramento das desigualdades sociais, a exploração e exclusão resultantes dos circuitos econômicos dominantes impulsionaram inúmeras diásporas, inúmeras migrações em busca de trabalho ou melhores oportunidade de vida que levaram a reprodução de identidades regionais nos mais diversos pontos do globo (HAESBAERT, 1996).

As redes regionais, nesse ínterim, são redes porque envolvem articulações, fluxos e mobilidades decorrentes da modernidade técnica. Não obstante, a noção de região ancorada a rede regional é sobreposta a um espaço descentralizado, heterogêneo e descontínuo, em face das mudanças políticas, econômicas e culturais do tempo presente (HAESBAERT, 1996).

Para D4, as redes regionais se configuram como realidade latente dos países africanos, atendendo concepções históricas no passado e presente, propiciando interlocuções no cerne da diáspora, dos processos migratórios e das relações econômicas e políticas intra e extra-regional dos países africanos.

Partindo para as narrativas de D5, este mobiliza reflexões sobre a própria organização das áreas e subáreas de conhecimento da Geografia, tensionando o debate acerca dos *distritos do saber* aludido por Hissa (2002), na obra “A mobilidade das fronteiras: Inserções da Geografia na crise da modernidade”. Na obra discutem-se os esforços da construção de uma leitura geográfica frente aos movimentos compatíveis da modernidade e os obstáculos em torno do estabelecimento de fronteiras interdisciplinares na Geografia.

Para Hissa, a questão interdisciplinar tem atingido as ciências de modo geral, todavia, quando se trata da ciência geográfica, esta tem se mostrado estática e isso se deve às próprias questões intradisciplinares da Geografia:

Resolver problemas interdisciplinares da geografia parece pressupor o conhecimento dos limites dessa ciência, que podem ser substituídos pela consolidação de continuidades legítimas: adoção de critérios da modernidade. [...] muitos dos problemas intradisciplinares são criados e reforçados pelos próprios geógrafos, através da cristalização de fronteiras entre o que aqui se denomina de distritos do saber. Solucionar problemas dessa natureza é conduzir o pensamento no sentido da integração (HISSA, 2002, p. 227).



A rigidez em torno dos distritos do saber geográfico delimitam e fragmentam a compreensão de determinados conhecimentos e também afeta os processos formativos de docentes em Geografia para a temática africana, a considerar que esta temática se encaixa em diversas vertentes da Geografia e fora dela.

Na percepção do docente 05, a ausência de processos interativos entre as demais ciências humanas e entre áreas e sub-áreas geográficas ainda persistirão e com vistas de responder ao questionamento sobre as potencialidades da Geografia, o docente explicita sua preferência em torno de uma Geografia Regional africana, que aborda as regiões do mundo e da diáspora.

A triangulação África, América e Europa também é destacada como uma articulação potente no âmbito geográfico, sendo importante ressaltar as variáveis da economia, política e cultura de modo integrado:

Que não seja considerado apenas questões de blocos econômicos, mas vieses econômicos articulados com a política e com a cultura. Porque só a cultura não dá conta. Como é possível discutir segregação urbana, ou mesmo a migração africana só pelo viés cultural? É possível, então, fazer essas discussões sem perder a ideia de diáspora, ou sem perder a ideia de triangular com Europa, América e África, sendo este um dos princípios dos intelectuais negros no final dos anos de oitenta, ver África não apenas pela Europa ou apenas pela América, mas estabelecer essa triangulação (D5).

Por conseguinte, D6 também nos aborda sobre as potencialidades diversas da Geografia, ressaltando os inúmeros caminhos e abordagens da ciência geográfica que podem ser acionados no tocante a questão africana. Para o docente, as relações de poder e as disputas em torno dos currículos das licenciaturas em Geografia podem ser vistos como uma contra-narrativa e estímulo a posicionamentos políticos e outras propostas de mundo.

De maneira similar a D5, a questão interdisciplinar também é discutida por D6. Para o docente é essencial considerar o diálogo com outras ciências, tal como História e Sociologia, e as percepções sobre África até então desenvolvidas, desse modo, a Geografia africana não deve ser constituída de forma restrita, não obstante é preciso demarcar categorizações específicas da Geografia, contribuindo por meio de leituras espaciais, territoriais e regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar e refletir sobre os cursos de formação de professores e professoras de Geografia é um exercício árduo, todavia necessário, afinal, é por meio da mediação desses profissionais que os conhecimentos geográficos alcançarão os/as estudantes da educação



básica. O exercício docente corresponde, em grande parte, às suas instituições formativas e as condições filosóficas, científicas e pedagógicas oferecidas por elas. É esperado que cada educador/a seja preparado não somente em nível de domínio dos conteúdos geográficos, mas também em prol da construção de práticas educacionais críticas, alinhadas a valores democráticos de justiça e emancipação social.

A prática docente centrada na transformação social e na problematização das desigualdades raciais, de gênero e de classe, se depara com inúmeros obstáculos, a julgar pelas próprias instituições de ensino e seus posicionamentos político-ideológicos, por vezes, voltados para a manutenção de grupos dominantes, modelos educacionais funcionalistas e currículos de ensino que silenciam determinados debates.

Os cursos de licenciatura, não isentos dos aspectos citados acima, fazem parte de um cenário de reprodução de discursos hegemônicos, discursos que consubstanciam o fazer científico moderno-colonial e, por conseguinte, naturaliza e hierarquiza epistemes euro-ocidentais (MIGNOLO, 2017). A reverberação desses aspectos alcançam as propostas curriculares das licenciaturas e seus referenciais teórico-metodológicos.

Nosso intuito quanto ao tema foi de compreender o lugar epistêmico ocupado por essa temática, afinal, trata-se de um conteúdo partícipe dos currículos e dos livros didáticos da educação básica, sendo assim, um saber pertinente para as licenciaturas e para o exercício do professorado em Geografia. Fomos incitados a pensar além da presença ou da ausência do debate, mas priorizar uma análise frente as potencialidades que a Geografia enquanto ciência e enquanto disciplina escolar oportuniza à abordagem africana, em especial, a preocupação em formar uma base de conhecimentos que auxiliem na desconstrução de estereótipos e estigmas sobre África.

O contato estabelecido, ainda que de modo remoto com os docentes do magistério superior foi imprescindível. Por meio da base de conhecimento dos/das professores/as formadores/as foi possível inferir os caminhos teóricos, os recursos didáticos e as abordagens geográficas esperadas na práxis dos/das licenciando/as, assim como os silenciamentos, as articulações e as visões de mundo que se somam aos conhecimentos prévios e delineiam novos saberes.

Nos relatos notamos iniciativas no que tange à Geografia escolar, desde a inserção de teóricos da área, até a proposição de oficinas didáticas. No entanto, essas iniciativas não foram pautadas por todos os docentes, o que nos leva a pensar sobre como ocorre essa articulação com a Geografia escolar, caso haja, de fato. Frente a uma negativa dessa



articulação, reconhecemos a necessidade de refletir sobre os conteúdos africanos presentes nos livros didáticos e nos currículos da educação básica, assim como o debate da mediação didática desses saberes.

As discussões não foram iniciadas aqui e também não se findarão neste trabalho. Na verdade, desejamos que os esforços em prol de um ensino de África a partir dela mesma e das conexões com as demais áreas do mundo, tal como as Américas, tal como o Brasil, ganhe cada vez mais notoriedade nos cursos de Geografia, em específico nas licenciaturas em Geografia.

Que não somente a abordagem regional seja vista como caminho ou contribuição da Geografia a área, mas que outras vertentes se reformulem e se evidenciem. Desejamos também uma melhor dialogia entre a Geografia e os estudos africanistas provenientes de outras áreas da ciência. Que gradativamente os distritos do saber geográfico (HISSA, 2002) se abram em face da transversalidade e das possibilidades do tema africano incorporado ou não a disciplinas temáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, R. S. A. A África, o Brasil e a Educação – Por que a geografia é importante? Realizado em Coimbra – Lisboa – Portugal. **Toques D'Angola**, v. 02, p. 10-12, 2004.

ASANTE, Molefi. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BHABHA, Homi. A outra questão: O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CALLAI, Helena Copetti. O Conhecimento geográfico e a formação do professor de geografia. **Revista Geográfica da América Central**, v. 1, p. 1-20, 2011.

DESIDÉRIO, Raphaela Toledo. Fotografia de África: entre invenções e aventuras. **Para Onde!?** (UFRGS), v. 1, p. 86-96, 2018.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Região e Rede Regional Gaúcha: Entre Territórios e Redes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 21, 1996.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. Vol. I. Brasília: UNESCO, 2010. 2a. Ed.



- LANDER, Edgard. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgard (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, CLACSO. 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes; 32 ed, 2012.
- MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 32. n. 94, p. 01-17, 2017.
- MASO, Tchella Fernandes; YATIM, Leila. A (de)colonialidade do saber: uma análise a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). **Paidéia** (Belo Horizonte), v. XI, p. 31-53, 2014.
- OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. **In:** In: RATTS, Alex et al (Org.) **Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia, Gráfica da UFG, 2018, p. 09-32.
- RATTS, Alecsandro (Alex) J.P. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**. Rio de Janeiro, Vol. 1 N°. 34, jan-jun, 2010, p. 125-140.
- RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Revista Terra Livre**, v. 1, p. 114-141, 2018.
- SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Tamoios**, ano 7, n. 1, p. 4-24, 2011.
- SHULMAN, Lee. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. **Harvard Educational Review**, Cambridge, v. 57, p. 1-22, 1987.